



ATA DA 69ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER – REALIZADA NO DIA 09 e 10 DE NOVEMBRO DE 2022

1 Nos dias nove e dez de novembro de dois mil e vinte e dois, foi realizada de forma híbrida a 69ª
2 Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Estiveram presentes na
3 reunião os seguintes membros – Dia 09/11/2022: Adélia Moreira Pessoa, Representante do Instituto
4 Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM); Adriana Rosa dos Santos, Representante do Capítulo
5 Brasil Fórum de Mulheres do Mercosul (FMM); Alice Bianchini, Representante de Notório
6 Conhecimento das questões de gênero e atuação na Luta pela Promoção e Defesa dos Direitos das
7 Mulheres para o Triênio 2021-2024; Ana Paula Piedade Pedrosa, Representante da Secretaria
8 Especial Tesouro e Orçamento; Anita Cunha Monteiro, Representante da SNPM; Beatriz Maria
9 Luchese Peruffo, Representante da Federação das Associações de Mulheres de Negócios e
10 Profissionais (BPW-BRASIL); Berenice D’arc Jacinto, Representante da Confederação Nacional
11 dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Camila Rocha Firmino, Representante da SNPM;
12 Celecina Rodrigues dos Santos, Representante do Instituto Eco Vida; Celina Alves Padilha Arêas,
13 Representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Chopelly
14 Glaudivyton Pereira dos Santos, Representante da Associação Nacional de Travestis e Transexuais
15 (ANTRA); Cyntia Espírito Santo Soares Pereira, Representante da SNPM; Danielle Fermiano dos
16 Santos Gruneich, Representante da Secretaria da Mulher na Câmara dos Deputados; Deusimar
17 Corrêa, Representante do Centro de Estudos Afro-Religioso e Cultural Rumpaimé Hévíosô
18 Zôônokum Mean; Eliana Magalhães Graça, Representante da SNPM; Estela Marcia Rondina
19 Scandola, Representante da Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos; Evelin
20 Cavalini Santana, Representante da Articulação Brasileira de Lésbicas; Fernanda Marsaro dos
21 Santos, Representante da SNPM; Gilcelene Braga Assumpção, Representante da Evangélicas por
22 Igualdade de Gênero (EIG); Josiane Lima Paiva, Vice-Presidente do CNDM; Jovanna Cardoso da
23 Silva, Representante do Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros
24 (FONATRANS); Laudelina Inácio da Silva, Representante da Associação Brasileira de Mulheres

25 de Carreira Jurídica (ABMCJ); Maria da Penha Maia Fernandes, Representante do Instituto Maria
26 da Penha (IMP); Marli Rocha Pires de Andrade, Representante do Ministério da Agricultura,
27 Pecuária e Abastecimento; Nágyla Maria Galdino Drumond, Representante da Confederação
28 Nacional das Associações de Moradores (CONAM); Natammy Luana de Aguiar Bonisson,
29 Representante da Secretaria Nacional de Proteção Global; Paula Maria Araújo dos Santos,
30 Secretária Especial do Desenvolvimento Social (SEDS) - Ministério da Cidadania; Rafael Raeff
31 Rocha, Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Sônia Maria Zerino da Silva,
32 Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI); Vanja Andrea
33 Reis dos Santos, Representante da União Brasileira de Mulheres (UBM); Ysabelle da Costa Castro,
34 Representante da SNPM. Estiveram presentes na reunião os seguintes membros – Dia 11/11/2022:
35 Adélia Moreira Pessoa, Representante do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM);
36 Adriana Rosa dos Santos, Representante do Capítulo Brasil Fórum de Mulheres do Mercosul
37 (FMM); Alessandra Santos de Almeida, Representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP);
38 Alice Bianchini, Representante de Notório Conhecimento das questões de gênero e atuação na Luta
39 pela Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres para o Triênio 2021-2024; Beatriz Maria
40 Luchese Peruffo, Representante da Federação das Associações de Mulheres de Negócios e
41 Profissionais (BPW-BRASIL); Berenice D'arc Jacinto, Representante da Confederação Nacional
42 dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Celina Alves Padilha Arêas, Representante da Central
43 dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos,
44 Representante da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA); Danielle Cristina
45 Lanius, Representante da Casa Civil da Presidência da República; Deusimar Corrêa, Representante
46 do Centro de Estudos Afro-Religioso e Cultural Rumpaimé Hévíosô Zôônokum Mean; Estela
47 Marcia Rondina Scandola, Representante da Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e
48 Reprodutivos; Evelin Cavalini Santana, Representante da Articulação Brasileira de Lésbicas;
49 Gilcelene Braga Assumpção, Representante da Evangélicas por Igualdade de Gênero (EIG); Josiane
50 Lima Piva, Vice-Presidente do CNDM; Jovanna Cardoso da Silva, Representante do Fórum
51 Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS); Laudelina Inácio da Silva,
52 Representante da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ); Marli Rocha
53 Pires de Andrade, Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Natammy
54 Luana de Aguiar Bonisson, Representante da Secretaria Nacional de Proteção Global; Paula Maria
55 Araújo dos Santos, Secretária Especial do Desenvolvimento Social (SEDS) - Ministério da

56 Cidadania; Rafael Raeff Rocha, Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Sônia
57 Maria Zerino da Silva, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
58 (CNTI); Vanja Andrea Reis dos Santos, Representante da União Brasileira de Mulheres (UBM).

59 **Abertura da Reunião Dia 09/11/2022 - Manhã.** A Sra. Josiane Lima Paiva iniciou a reunião
60 cumprimentando a todos e pela sociedade civil, foi indicada a Presidente da Câmara Técnica
61 Internacional e integrante da Coordenação Política, dr^a Laudelina Inácio da Silva. Em seguida,
62 apresentou e contextualizou a seguinte pauta – Dia 08/11/2022: 1. Reunião para o planejamento V
63 Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Dia 09/11/2022: 1. Reunião das Câmaras
64 Técnicas; 1.1. Câmara Técnica de Legislação e Normas; 1.2. Câmara Técnica Assuntos
65 Internacionais; 2. Reunião das Câmaras Técnicas; 2.1. Câmara Técnica Plano Nacional Políticas
66 para as Mulheres; 2.2. Câmara Técnica Planejamento e Orçamento; 3. Encerramento. Dia
67 10/11/2022: 1. Abertura da 69ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
68 (Pleno); 2. Aprovação da Pauta; 3. Aprovação de Ata; 4. Informes de Conjuntura; 5. Relatórios das
69 Câmaras Técnicas; 5.1. Câmara Técnica Plano Nacional Políticas para as Mulheres; 5.2. Câmara
70 Técnica Planejamento e Orçamento; 5.3. Câmara Técnica de Legislação e Normas; 5.4. Câmara
71 Técnica Assuntos Internacionais; 6. Almoço; 7. Disque 180; 8. Casa da Mulher Brasileira; 9.
72 Apresentação do Orçamento do MMFDH; 10. Apresentação da SNPM: Departamento de Políticas
73 de Autonomia Econômica e Relações Sociais das Mulheres; 10.1. Departamento de Políticas de
74 Enfrentamento à Violência contra a Mulher; e Departamento de Promoção da Dignidade da Mulher;
75 11. Encerramento. A aniversariante do dia foi parabenizada. Em seguida, a Sra. Josiane Lima Paiva
76 parabenizou o trabalho da Tereza Nelma com o público feminino e convocou a Sra. Danielle
77 Fermiano dos Santos Gruneich como representante da deputada. A Sra. Chopelly Glaudystton
78 Pereira dos Santos solicitou um minuto de silêncio em homenagem à Gal Costa. Ato contínuo, a
79 Sra. Danielle Fermiano dos Santos Gruneich se apresentou. A Sra. Laudelina Inácio da Silva
80 agradeceu a presença da Sra. Danielle Fermiano dos Santos Gruneich e explicou que a Sra. Danielle
81 Fermiano dos Santos Gruneich poderá falar por 30 e depois haverá abertura de inscrição para as seis
82 primeiras conselheiras. Depois foi destacada a importância da deputada em defesa dos Travestis e
83 Transexuais Negras e Negros. Com a palavra, a Sra. Danielle Fermiano dos Santos Gruneich
84 comunicou que a deputada virá a tarde, depois arrazoou sobre o histórico das mulheres no conselho
85 e na política, a aprovação em 2009 da Procuradoria da Mulher, a criação em 2015 da Secretaria da
86 mulher, a estrutura política das estruturas relacionadas às mulheres no poder Legislativo e a função

87 da Procuradoria da mulher. Explanou sobre a Coordenação da mulher na Câmara e os trabalhos dos
88 parlamentares. Declarou que várias mulheres de diferentes campos participam na Câmara em vários
89 temas. Acrescentou que foi criado o grupo de trabalho para a mulher e um dos assuntos discutidos
90 foi a tributação sobre gênero e o orçamento. Declarou que desde 2017 estão buscando auxiliar as
91 parlamentares sobre o assunto. Notificou sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias em foi
92 apresentado uma emenda para o orçamento relacionado as mulheres, adicionou que o primeiro
93 relatório foi apresentado, e foi solicitado a criação do macrocampo na Câmara dos Deputados.
94 Arrazoou que o relatório foi um avanço, que depois enviará o relatório, e explicou sobre o Grupo
95 Orçamento Mulher, em que estão buscando pessoas que trabalhem com orçamento na perspectiva
96 de gênero. Argumentou que o conselho deveria participar da rede, informou que a Secretaria
97 elaborará um documento para o governo de transição, sobre os 5% do Fundo Nacional de Segurança
98 Pública para as mulheres no próximo ano, o Fundo Previdenciário com a possibilidade para casa
99 abrigo e pontuou que existem muitos itens a serem discutidos. Depois cientificou que foi aprovado
100 a Política Nacional de Informações, em que é necessário verificar dados de violência com a mulher.
101 Complementou que os dados da saúde são mais completos e são analisados dados da Segurança
102 Pública e da Saúde. Cientificou que ontem houve a apresentação das emendas da Comissão da
103 Mulher, depois explicou que a comissão tem direito a 4 emendas que não são obrigatórios, sobre
104 Secretaria da Mulher, Casa da Mulher Brasileira, que pediu um milhão, saúde da mulher e a
105 formação da mulher. Arrazoou sobre o Observatório da Mulher na Política. Com a palavra, Sra.
106 Laudelina Inácio da Silva agradeceu e passou a palavra para a Sra. Estela Marcia Rondina
107 Scandola. A Sra. Estela Marcia Rondina Scandola solicitou que as subcomissões do conselho
108 tenham uma agenda permanente com a Comissão da Mulher e com a Procuradoria da Mulher da
109 Câmara dos Deputados devendo ser constantemente atualizadas e fez um voto de Congratulação e
110 solicita à Secretaria Executiva que o faça chegar à Deputada Teresa Nelma pela condução dos
111 trabalhos na Comissão de Mulheres e àquela Comissão, especialmente pela escolha das cinco
112 diplomadas e pela não concessão do Diploma de Cidadã à ex-Ministra Damares. A Sra. Adélia
113 Moreira Pessoa parabenizou a exposição, ponderou que o lugar da mulher é no orçamento, que o
114 conselho possui um GT na Câmara Técnica de Legislação e Normas, que foi constituído pela
115 Resolução nº 6 de 30 de agosto de 2022 e o GT tem objetivo de analisar projetos de lei em
116 tramitação no Congresso Nacional, que tratem sobre direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e
117 temas correlatos e acrescentou que deve haver a interlocução continuada do Conselho, e

118 especialmente da Câmara de Legislação e Normas, com a Secretaria da Mulher da Câmara.
119 Comunicou que a Sra. Alice Bianchini é a coordenadora deste GT e a parceria seria positiva. Com a
120 palavra, a Sra. Celina Alves Padilha Arêas cumprimentou a todos, parabenizou a exposição, se
121 apresentou, declarou que participa do Fórum Nacional de Trabalhadoras e que no ano passado
122 houve uma grande luta pela aprovação do PL nº 130 de Paulo Paim no Senado. Adicionou que o
123 projeto retornou. Relembrou a aprovação na CLT de 1943 o salário igual para trabalho igual,
124 argumentou que a Constituição Federal também prevê isso e declarou que ano passado conseguiram
125 aprovar esse projeto, pois ele aplica uma multa para a empresa que não cumpre. Perguntou se esse
126 projeto está entre as prioridades da Comissão da Mulher e se acaso não estiver, sugeriu a
127 implantação do projeto na discussão e uma mulher como relatora desse projeto na Câmara. Ato
128 seguinte, a Sra. Alice Bianchini parabenizou a apresentação e informou que trabalha com outros
129 projetos de lei no GT. Concordou com a interlocução permanente e adicionou que estão tentando
130 aprovar um projeto de lei sobre direitos sexuais e reprodutivos. Declarou que acompanha toda a
131 produção legislativa e notificou que de 2021 até setembro de 2022 foram 27 leis aprovadas que
132 versam sobre os direitos das mulheres ou que possui incidência muito forte na questão da mulher.
133 Acrescentou que a lei é o ponto de partida e que estão tentando ultrapassar a lei. Abordou sobre a lei
134 referente a violência política de gênero e violência psicológica de gênero. Discorreu sobre o
135 seminário de orçamento relacionado ao gênero, que está no *Youtube* e acrescentou que deve ocorrer
136 a oficina. Ponderou que se deve pensar nas conselheiras municipais, que analisarão o orçamento, e
137 acrescentou que haverá a 5ª Conferência Nacional de Política para as mulheres, sendo o orçamento
138 um assunto essencial. Ato seguinte, o Sr. Rafael Raeff Rocha cumprimentou a todas, ponderou que
139 ao verificar o andamento, é possível analisar o progresso quanto aos direitos das mulheres e sugeriu
140 apresentar sobre o SINESP sobre o feminicídio. A Sra. Marli Rocha Pires de Andrade discorreu
141 sobre a violência da mulher no campo, pontuou que há pouco tempo tem-se começado a trabalhar
142 com o Observatório das Mulheres Rurais no Ministério da Agricultura, que o ministério
143 disponibilizou o orçamento para a Embrapa e juntamente com a Secretaria de Agricultura Familiar e
144 o IBGE. Pontuou que observou quanto a saúde pública das mulheres, como as jovens marisqueiras
145 que possuem problemas ginecológicos. Arrazoou que o Observatório proporcionará políticas
146 públicas quanto a essa questão. Cientificou que a Portaria foi publicada para o GT em outubro e no
147 dia 14 de dezembro será o lançamento do Observatório de Políticas, disponibilizado no site da
148 Embrapa. Foi sugerido a apresentação do Observatório das Mulheres Rurais para o CNDM. Depois,

149 a Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos agradeceu a presença da Sra. Danielle Fermiano dos Santos
150 Gruneich. A Sra. Danielle Fermiano dos Santos Gruneich ponderou sobre a importância da
151 integração entre os grupos, explicou que os documentos, assim que chegam são encaminhados
152 ofícios para prosseguimento e atendimento as demandas. Cientificou que no Senado a temática
153 mulher está na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Complementou que
154 muitos assuntos são discutidos com o Senado. Parabenizou o GT, solicitou o encaminhamento dos
155 documentos produzidos e adicionou que existe a possibilidade de fazer análises pontuais e pedir ao
156 presidente da Comissão para que entre na tramitação do projeto na Câmara e do Senado. Arrazoou
157 que a Câmara é transparente e que deve se aproximar da Comissão e da Secretaria. Discorreu sobre
158 o projeto nº 1558 da Câmara, sendo necessário um debate separado e que deve ser discutido.
159 Complementou que fizeram vários movimentos para a ratificação da Convenção OIT sobre assédio.
160 Depois notificou que disponibilizará o seminário e sugeriu fazer a oficina com o conselho. Pontuou
161 que a segurança é um setor mais complexo, que a Embrapa possui trabalhos maravilhosos sobre
162 mulheres e que se encontra a disposição. A Sra. Sônia Maria Zerino da Silva informou que as
163 trabalhadoras da indústria estão reunidas no Fórum, que no Fórum possui a pauta de todas as
164 trabalhadoras no segmento, foi construído um projeto, que possui a pauta das Centrais Sindicais e
165 dentro a igualdade de gênero e assédio. Declarou que a reunião da CNT foi adiada para o dia 05 de
166 dezembro, que a questão dos direitos sexuais reprodutivos é importante pois atinge a todas as
167 mulheres e que existe itens específicos de direitos do trabalho não avançam. Ponderou que nunca
168 entrou em pauta a discussão de direito do trabalho para a mulher. A Sra. Josiane Lima Paiva
169 agradeceu a apresentação. A Sra. Estela Marcia Rondina Scandola questionou sobre o envio da
170 moção quanto à condução do Diploma. Foi respondido pela representante da Secretaria do CNDM
171 que deve ser redigido o texto para colocar em votação. Estela respondeu sobre o papel da Secretaria
172 Executiva do CNDM pois é impossível participar com qualidade das reuniões e ter atribuição de
173 redações. Sugere que a Secretaria apresente o texto e se leia no telão da reunião para discussão no
174 coletivo. Outra possibilidade é enviar o texto no e-mail e aprovar à distância. Sobre a identificação
175 dos “prismas” colocado em frente a cada conselheira a Sra. Estela Márcia Rondina Scandola
176 pontuou que o Conselho, nesse caso o CNDM, é um órgão do Estado e, portanto, os Conselhos têm
177 vínculos administrativos a Ministérios visando dar celeridade às suas decisões. Chegará um dia que
178 os conselhos, todos eles serão vinculados à Presidência da República. Assim, nos nossos “prismas”
179 não pode sermos identificadas como Ministério da Mulher e dos Direitos Humanos. Nós somos

180 CNDM e é assim que deve ser identificada. Há três reuniões que vem questionando esse dado e, não
181 tendo como adiar mais, solicita a revisão as identificações ainda durante esta reunião. Salientou que
182 ela é do CNDM. Em seguida, foi passado para o próximo item da pauta, sendo a aprovação da ata
183 da 2ª Reunião Extraordinária, encaminhada em 26 de setembro de 2022; Foi informado que
184 posteriormente haverá os informes de conjuntura, os relatórios das Câmaras Técnicas, Almoço,
185 exposição dos trabalhos, sugestão e aprovação da data da 5ª Conferência e resultado do encontro da
186 Câmara Técnica de Legislação e Normas. Em seguida, quanto a aprovação da ata, foi informado
187 pela Sra. Salete da Silva Aragão que a única alteração foi quanto a uma mudança da Sra. Natammy
188 Luana de Aguiar Bonisson. Acrescentou que posteriormente será encaminhada a ata da 68ª Reunião
189 Ordinária e 3ª Reunião Extraordinária. Não havendo posicionamentos contrários, a ata foi aprovada
190 por unanimidade. Em seguida, foi iniciada a discussão sobre os informes de conjuntura. A Sra.
191 Natammy Luana de Aguiar Bonisson solicitou a apresentação de cursos. Todos concordaram. A
192 Sra. Natammy Luana de Aguiar Bonisson explicou sobre a Escola de Governo e os cursos
193 existentes. Destacou sobre o curso Salve uma Mulher, que aborda sobre a violência a mulher. A
194 Sra. Alice Bianchini fez um convite para participarem de evento no dia 17 de novembro no *Youtube*
195 às 19:00 para discutir sobre a lei nº 14.457, que versa sobre a flexibilização de jornada de trabalho
196 para pais e mães de crianças de até 6 anos de idade, regras de conduta da empresa e assédio sexual,
197 companheiros de gestantes em exames e direito à creche. A Sra. Celina Alves Padilha Arêas
198 ponderou que necessita realizar uma reflexão sobre o momento, sobre a transição da eleição, com
199 muitas *fake News* e poucas mulheres presentes na Câmara e Senado. Acrescentou que haverá
200 grandes dificuldades e acredita que haverá grandes mudanças. Destacou as propostas do futuro
201 governo de acabar com a fome, que precisa de dinheiro, aumento do salário-mínimo, a igualdade de
202 salário para homens e mulheres, discorreu sobre plataforma do Fórum Nacional das Mulheres.
203 Pontuou que deve ser observado quantas mulheres serão indicadas no futuro governo e analisar as
204 mudanças. A Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos saudou o futuro governo, pontuou que é necessário
205 haver uma mudança significativa no governo, que houve muitos retrocessos e se depararam com
206 muitas impossibilidades de avançar em muitas pautas. Argumentou que a Câmara dos deputados
207 nunca foi tão aberta ao Conselho quanto foi essa semana. Declarou que é necessário entender a
208 responsabilidade, que deve haver diálogo com o governo de transição para debater sobre o conselho
209 e o representante da transição deve saber sobre o trabalho do conselho. Sugeriu a elaboração de
210 relatório sobre o assunto e acrescentou que houve melhorias no Conselho nesses últimos anos.

211 Pontuou que deve haver sororidade para tratar a pauta das mulheres. Agradeceu a parceria com o
212 governo e acredita que a 5ª Conferência pode mudar a vida das mulheres. A Sra. Josiane Lima
213 Paiva solicitou a Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos que elaborasse um ofício com todos os
214 acontecimentos do conselho esse ano para encaminhar a secretária-adjunta, que está trabalhando na
215 transição. A Sra. Estela Marcia Rondina Scandola sugeriu para o próximo ano o conselho fazer um
216 curso da análise de conjuntura, pois quase não fez análise de conjuntura. Arrazouou que o
217 desenvolvimento, citado como “des-envolvimento”, é uma grande batalha para o conselho, pois o
218 desenvolvimento na grande maioria das vezes significa desenvolver as pessoas das suas raízes, das
219 suas capacidades de organização, das suas capacidades de fazer frente à conjuntura que se
220 apresenta. No desenvolvimento econômico, especialmente na questão da infraestrutura, o Brasil
221 sempre viveu o sinônimo de desenvolvimento e violência contra as mulheres, argumentou que não é
222 diferente há 500 anos sobre as mulheres, se deteve a evento que está ocorrendo na Região Centro-
223 Oeste, denominado Integração Latino-Americana a partir de um grande projeto chamado Integração
224 da Região Sudamérica, que não utilizam mais o termo, mas participam de um plano Sul Americano
225 e grande parte da integração não se refere aos povos, se refere a obras de infraestrutura. Relatou que
226 no Mato Grosso do Sul foi observado diversos movimentos, sobretudo grandes projetos de celulose
227 e grande impacto na vida de diversas mulheres em comunidades. Ponderou que as obras deveriam
228 ter estudos de impactos ambientais e sociais. Complementou que as grandes obras não estão tendo
229 estudos sobre impactos ambientais e econômicos. Adicionou que o Conanda avançou bastante no
230 sentido de analisar caso específico, mas o Conanda não pode conseguir avanços sozinho, que
231 também deve haver atuação do CNDM para manter o olhar sobre as grandes obras. Comunicou que
232 o Comitê Estadual para Refugiados, migrantes e apátridas, que o Comitê Estadual de Enfrentamento
233 da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes e o Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico
234 de Pessoas fizeram uma missão e ficaram três dias em Porto Murtinho ouvindo as pessoas, solicitou
235 uma moção de reconhecimento aos Comitês – COMCEX e CETRAP como uma das resistências.
236 Solicita ainda que se coloque em pauta em reunião próxima, especialmente com os órgãos
237 financiadores e reguladores, como o Ministério do Desenvolvimento, Ministério do Planejamento e
238 BNDES a discussão e a decisão coletiva de melhorar os estudos dos impactos ambientais e sociais
239 na ocorrência das grandes obras, inclusive quando são fatiadas em pequenas obras como ocorre hoje
240 no Corredor Bioceânico. A Sra. Jovanna Cardoso da Silva comunicou a eleição de cinco pessoas
241 travestis e transsexuais para os cargos de deputados estaduais e federais, relatou que conversou com

242 as deputadas Erika Hilton e Duda Salabert, que haverá emenda para este conselho até 2024 e
243 pediram que o conselho auxilie elas para que consigam legislar e fiscalizem para que sejam
244 parceiros. A Sra. Alessandra Santos de Almeida ressaltou sobre o auxílio do conselho as deputadas.
245 A Sra. Josiane Lima Paiva notificou sobre candidata eleita do Notório Saber que nunca apareceu.
246 Foi salientado como motivo para ausência no conselho a falta de importância do conselho para a
247 vida da pessoa, a falta de condições e conhecimento para assumir cargo. A Sra. Josiane Lima Paiva
248 salientou visita realizada no dia anterior, que foi programada e muitas vezes a secretaria conversou
249 com a Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos para as conselheiras fossem a Câmara, conversar com os
250 parlamentares para pleitear emenda parlamentar para a 5ª Conferência. A Sra. Adriana Rosa dos
251 Santos ressaltou a permanência da pauta de direito colocar creche e qualificação profissional para as
252 mulheres, a rede de apoio, horário para fazer o curso e infraestrutura. Ressaltou a importância do
253 Fórum de Mulheres do Mercosul. Relatou que o Fórum completou 27 anos de existência e leu
254 discurso de presidente do Fórum. A Sra. Salete da Silva Aragão comunicou que revisitou atas de
255 reuniões anteriores e declarou que muitas ideias interessantes surgem nos informes de conjuntura,
256 como a fala da Sra. Celina Alves Padilha Arêas que sugeriu um levantamento das 200 mulheres
257 importantes para a política brasileira. Arrazoou que pode existir ações para fornecer efetividade. Foi
258 ressaltado que muitas coisas podem ser feitas e solicitado à Sra. Salete da Silva Aragão dois ofícios,
259 um ao senador Marcelo Cassias, senadora Nogueira, em nome do CNDM, solicitando especial
260 atenção à destinação orçamentária da Conferência Nacional e outras pautas transversais, pautar a
261 oficina de capacitação em fevereiro, criar um grupo de trabalho para levantar história do CNDM,
262 deixar agendado a apresentação do Sr. Rafael Raeff Rocha e Embrapa para apresentação da mulher
263 no campo, colocar data e votar a tarde. Foi destacado quanto a Ana Prestes e o voto feminino. A
264 Sra. Alice Bianchini sugeriu apresentação das 28 leis aprovadas no ano. Foi informado que a
265 instituição Mulheres do Mercosul possui muitos documentos sobre o CNDM, ressaltado sobre
266 solicitação envolvendo governo de transição. Foi enfatizado a falta de avaliação no conselho das
267 medidas realizadas e que o Comitê de Política deve avaliar isso. Foi destacado quanto a ausência de
268 encaminhamento. A reunião foi encerrada. **Abertura da reunião – Dia 09/11/2022 – Tarde:** A Sra.
269 Josiane Lima Paiva iniciou a reunião cumprimentando a todos e iniciou a pauta sobre a Câmara
270 Técnica de Legislação e Normas. A Sra. Adélia Moreira Pessoa iniciou a apresentação. Declarou
271 que ontem houve uma reunião, que essa Câmara possui dois GT's, um sobre Análise e Revisão dos
272 Documentos Produzidos pelo grupo de trabalho com a finalidade de estudar e propor as

273 manifestações e posicionamentos do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, sobre Atos e
274 Normativas referentes a Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos de mulheres no âmbito do
275 Ministério da Saúde e este GT é coordenado pela Conselheira Estela Scandola e na Câmara
276 Técnica de Legislação e Normas foi analisada a Resolução apresentada pelo referido GT. A Sra.
277 Estela Marcia Rondina Scandola argumentou que os componentes do GT contêm muitos
278 especialistas, citou o Cravinas e o Coletiva no grupo, que fizeram muitas reuniões e precisam de
279 prorrogação do prazo. Fizeram duas recomendações, uma delas foi lida. Citou sobre a Resolução nº
280 10 e solicitou a colaboração de conselheiros mais antigos. A Sra. Adélia Moreira Pessoa informou
281 que na minuta de resolução, existem diversas considerações que apresentam os fundamentos da
282 proposta . A Sra. Estela Márcia Rondina Scandola ponderou que as considerações foram realizadas
283 a partir de tudo o que já foi construído nessa discussão e, portanto, poderia passar a leitura somente
284 dos artigos. A proposta não foi aceita e foi realizada pela Conselheira Chopelly o conteúdo geral da
285 Resolução no. 10. Em seguida foi lida a Resolução nº 10, de 10 de novembro de 2022. Foi
286 solicitado que não se referisse na resolução os trabalhadores como profissionais de saúde. Foi
287 questionado se alguém tinha alguma consideração a fazer sobre a resolução. A Sra. Beatriz Maria
288 Luchese Peruffo solicitou o acréscimo da OAB no artigo 10º. A Sra. Natammy Luana de Aguiar
289 Bonisson ponderou que a resolução esclarece que o Ministério da Saúde exerceu atos ilegais e
290 inconstitucionais e a resolução menciona uma DPF que está em tramitação no Supremo e que não
291 foi discutida, sendo temeroso fazer as afirmações, não condicionando a finalização dessas decisões.
292 Ressaltou que foram mencionados diversos documentos, o que demonstra o esforço da comissão de
293 analisar os documentos, mas não possui condições de analisar todos os documentos, condicionando
294 o voto respeitando os direitos fundamentais que resguardar no voto, sendo necessário divulgar o
295 documento para analisar com cautela para uma votação posterior. A Sra. Vanja Andrea Reis dos
296 Santos salientou que o documento é relacionado a documentação produzida há duas reuniões e que
297 foi aprovada. Relatou o processo quanto a recomendação e salientou que a recomendação não foi
298 encaminhada. Citou o termo interconselho existente no conselho, do qual participa CNDH, CNS e
299 CNDM. Então esse conjunto de conselhos, com a Defensoria Pública e outro conselho fizeram um
300 estudo sobre todas as iniciativas para fortalecer a iniciativa imposta pela resolução. Sugeriu que
301 deve ser levado a sério as proposições do Conselho. Salientou a presença de especialistas para
302 fortalecer a discussão. Concluiu que a resolução dialoga com o conselho e que o trabalho do
303 conselho não pode ser desperdiçado. A Sra. Josiane Lima Paiva agradeceu a presença da deputada

304 Tereza Nelma. A Sra. Tereza Nelma informou que existe uma bancada federal de 77 mulheres que
305 passará para 91 e relatou encontro com as mulheres. Informou que a emenda estava pronta,
306 ressaltou da importância da união, relatou que será deputada até 31 de janeiro, não foi reeleita,
307 relatou seu histórico como deputada. Argumentou que todas devem ser protagonistas. Enfatizou que
308 apoia o Movimento Hanseníase, o Hospital do amor, a luta pelo câncer de mama. Argumentou que
309 os conselhos devem ser fortalecidos e que é necessário mais mulheres na política, que existem 54%
310 de eleitoras no país. Pontuou que a violência é diária, informou sobre os 21 dias do ativismo, caso
311 da Procuradora que sofreu agressão. Ponderou que o conselho faz política, que as mulheres devem
312 se unir, convidou para exposição sobre voto feminino. Arrazoou que a pauta é diária e precisa de
313 investimento. Informou que dia 21 encerrará o Centro de Convivência. Agradeceu a presença. A
314 Sra. Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos comunicou que assistiu as palestras de Miguel Arraes
315 e de sua esposa Madalena Arraes e que ele falou que o bom político tem a obrigação de transformar
316 ações em realidade e que era necessário sonhar e acreditar nos sonhos e a esposa ponderou que o
317 melhor casamento é o emprego, pois não irá abandonar. Parabenizou as ações da deputada e que
318 deve ser documentado, que é lamentável não ter a deputada como política. Salientou a bancada das
319 transsexuais e cocais para revolucionar a Câmara dos Deputados. A Sra. Marli Rocha Pires de
320 Andrade se emocionou com discurso da deputada e relatou perdas familiares, parabenizou a
321 deputada e que contribuiu bastante para o conselho. A Sra. Alessandra Santos de Almeida recitou
322 poema para deputada e parabenizou a deputada pelas ações realizadas. A Sra. Jovanna Cardoso da
323 Silva agradeceu a deputada pelas ações realizadas em defesa das transsexuais. Foi relatado encontro
324 com a deputada. A Sra. Tereza Nelma agradeceu, ponderou que possui respeito pelas pessoas,
325 relatou histórico de sua recepcionista que é transsexual e que as transsexuais devem ser respeitadas.
326 Relatou que ao longo do tempo muitas mudanças foram realizadas no legislativo. Adicionou que
327 atuou na política para melhorar. Foi questionado a PEC nº 158 sobre a licença-maternidade. A Sra.
328 Tereza Nelma argumentou que as Câmaras e as Assembleias devem fazer suas leis e que deve ser
329 verificado o andamento. Foi ressaltado que a PEC altera o artigo 7º e o artigo 56 da Constituição
330 Federal, que amplia a licença-maternidade para 180 dias. A Sra. Tereza Nelma respondeu que está
331 pesquisando, destacou sobre a lei do menor aprendiz e que poderá ser aprovado quanto ao crime
332 hediondo, alterações na lei maria da Penha, ressaltou o papel de Procuradora na Câmara e a
333 dificuldade de trabalhar com a violência na mulher. Arrazoou que recebem denúncias sobre a
334 violência contra a mulher, mas não se sabia onde encaminhar. Declarou que o gargalo da violência

335 contra a mulher é no judiciário e que um número grande foi com alienação parental e abuso sexual
336 infantil, sendo o conselho nacional importante. Relatou sobre Observatório Nacional criado que é o
337 maior da América Latina. Ressaltou o respeito pela comunidade LGBTQIA+. Discorreu sobre a
338 dignidade menstrual que deve ser pautado e que esse conselho deve discutir essas questões.
339 Informou que a PEC nº 158 foi aprovada na CCJ e está na espera de se criar comissão especial. Foi
340 sugerido incluir a PEC em projeto. A Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos agradeceu a presença da
341 deputada. Depois foi sugerido encaminhar os documentos da comissão de monitoramento e do GT
342 para todos e retornar na sexta-feira, dia 18. A Sra. Estela Marcia Rondina Scandola enfatizou que
343 foi aprovada recomendação de interconselhos e o encaminhamento apresentar o que os outros
344 conselhos tinham falado dos textos e questionou se o encaminhamento foi realizado. Foi esclarecido
345 que na 68ª reunião foi colocado o texto da recomendação conjunta para plenária, e foi realizado
346 alguns questionamentos e foi aprovado o prazo de 10 dias para todos se manifestarem. A Secretaria
347 Executiva enviou via e-mail com prazo de 10 dias, tiveram 16 manifestações, mas 10 conselheiras
348 aprovaram, que foi repassado a Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos recomendações para alterar no
349 texto e o texto foi apresentado novamente à Secretaria com algumas alterações e por isso não foi
350 publicado. Quanto a colocação dos demais conselhos, será repassado a Sra. Vanja Andrea Reis dos
351 Santos, que estava conduzindo os trabalhos. A Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos sugeriu ouvir as
352 gravações e que nas gravações a Sra. Estela Marcia Rondina Scandola negou. A Sra. Vanja Andrea
353 Reis dos Santos ponderou que as recomendações foram realizadas. Relatou sobre o histórico do
354 progresso da recomendação. Complementou que cinco conselhos avaliaram. Foi ressaltado que a
355 proposta da Coordenação Política é encaminhar no prazo de 5 dias para avaliação. Foi justificada
356 pela Sra. Celina Alves Padilha Arêas a pouca presença no conselho e que não se lembra do envio do
357 segundo documento. Foi salientado que o documento será enviado novamente. A Sra. Josiane Lima
358 Paiva questionou se todos estavam de acordo e todos concordaram. A Sra. Salete da Silva Aragão
359 informou que a 5ª Conferência será discutida em reunião extraordinária. A Sra. Laudelina Inácio da
360 Silva informou que a proposta da Coordenação Política é desmembrar as atividades, dando
361 prioridade à questão orçamentária e na próxima semana será agendado com o senador Marcelo e a
362 senadora Nogueira e simultaneamente as visitas e com os ofícios feitos e simultaneamente se
363 apresentar a secretária adjunta de transição Leonor e Aparecida e pode ser agendado com elas para
364 apresentar a equipe da CNDM, sendo a pauta da reunião seguinte. Declarou que foi feita a proposta
365 de reunião extraordinária em 10 de dezembro presencial e caso não seja possível será feito virtual,

366 as subcomissões buscarão as deliberações realizadas e propor o calendário para o próximo ano. Foi
367 sugerido informar as deliberações para a próxima reunião. Todos concordaram. A Sra. Salete da
368 Silva Aragão informou que será informado mais detalhes, que é necessário verificar a prestação de
369 contas de maneira virtual. Informou que Gilcelene Braga Assumpção, Vanja Andrea Reis dos
370 Santos, Alessandra Santos de Almeida, Evelin Cavolini Santana, Laudelina Inácio da Silva, Celina
371 Alves Padilha Arêas, Deusimar Corrêa e Alice Bianchini precisam assinar a prestação de contas
372 virtual. Foi solicitado pautar os assuntos das comissões na reunião extraordinária. A Sra. Vanja
373 Andrea Reis dos Santos ponderou que na próxima reunião informará sobre o regimento para
374 aprovação, visto que atualmente não tem quórum. Realizou a leitura do relatório. Sugeriu um breve
375 relato de cada Subcomissão. Em seguida foi feito o relato da Subcomissão temática e de Relatoria.
376 Foi informado que estão questionando o responsável pelo documento base e que estão discutindo
377 sobre a 5ª Conferência e que deveria ser feito documento base para angariar forças sobre a realidade
378 brasileira, que o tema deveria ser redefinido. Sobre a Subcomissão comunicação e cultura foi
379 relatado pela Sra. Evelin Cavolini Santana informou participantes e principais pontos discutidos.
380 Depois foi feito o Relato da Comissão de Articulação e Mobilização. Foi informado que houve um
381 movimento no sentido de conversar com os estados e o movimento seria no sentido de fazer o
382 levantamento do que foi feito nas conferências. Em seguida, foi iniciado o relato da Subcomissão de
383 Infraestrutura e Logística. Foi informado os participantes, foi sugerido a conferência fora do DF,
384 discutido os possíveis locais, a infraestrutura do local, elencar hotéis, solicitar apoio de transporte,
385 infraestrutura e logística. A Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos solicitou e pediu o envio dos
386 documentos. Em seguida, foi feito o sorteio de livros. **Encerramento:** Finalizadas as discussões, a
387 Sra. Josiane Lima Paiva deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença e a participação de
388 todos.